



ENCONTRO UNITÁRIO DOS TRABALHADORES,
TRABALHADORAS E POVOS DO CAMPO,
DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS

Por Terra, Território e Dignidade!

Campo Unitário Agrário do Distrito Federal e Entorno

CONTRAUF/FETRAF DFE / MST DFE / CONTAG/Sindicato Rural do DF / MATR DFE

Contextualização e Retomada das Articulações do Campo Unitário

Com o acirramento da conjuntura política e da luta de classes no país, atrelado a um avanço conservador e de retirada de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, faz-se necessário reorganizar as forças políticas e sociais e retomar processos unitários de lutas que visem garantir políticas fundamentais para o desenvolvimento justo e igualitário da sociedade.

Para tanto, a garantia constitucional de assegurar a Reforma Agrária como pilar fundamental da democracia no Brasil deve ser plataforma de qualquer governo, entendendo que a democratização da terra e o cumprimento de sua função social são essenciais para um projeto sadio de agricultura. Com isso, amplia-se a necessidade de organizar políticas produtivas que contemplem a agroecologia, a cooperação agrícola, o uso racional dos bens hídricos e florestais e um projeto de agricultura que tenha centralidade na produção e comercialização de alimentos saudáveis, sem a utilização de agrotóxicos, e que estimule a qualidade de vida para o conjunto da população.

Abaixo, listamos as principais demandas, por secretaria, que hoje são fundamentais para avançarmos a curto e médio prazos nas políticas de Reforma Agrária do Distrito Federal:

Demandas junto à Secretaria de Agricultura – SEAGRI e EMATER DF

- 1) Rediscussão e atualização da natureza do programa de assentamentos rurais do Distrito Federal – PRAT e revisão do decreto 37.583 de 30 de agosto de 2016, que institui o referido programa;
- 2) Rediscussão e atualização das funções da comissão política de assentamentos – CPA, de forma a torná-lo de fato participativo e eficiente. Aprofundar a análise acerca dos critérios que cabem a essa

comissão, com vistas a criação de novos assentamentos em âmbito do GDF;

- 3) Discutir formas de ampliar as parcerias com as entidades dos movimentos sociais e sindicais do campo para o desenvolvimento da assistência técnica, social e ambiental às áreas de Reforma Agrária estimulando a transição agroecológica com vistas a organização produtiva dos assentamentos e criação de espaços de comercialização;
- 4) Debater e encaminhar formas desburocratizadas de acesso ao selo popular de produção orgânica para a Reforma Agrária e ao Selo de Inspeção Municipal – SIM;
- 5) Discutir criação de pontos fixos de feiras agroecológicas no DF;
- 6) Encaminhar um plano de aquisição de patrulhas agrícolas para os assentamentos;
- 7) Estabelecer um plano de fomento à produção e conservação de sementes crioulas;
- 8) Discutir formas de financiamento e construção de agroindústrias nos assentamentos, de acordo com a lógica produtiva de cada área;
- 9) Revisão e rediscussão do plano de desenvolvimento e ordenamento territorial do DF (PDOT), com vistas a definir melhor as regras para criação de assentamentos rurais na região.
- 10) Retomada imediata do acordo de cooperação técnica entre INCRA e GDF para que trabalhadoras e trabalhadores rurais do DF assentados em áreas pertencentes ao GDF possam ter acesso aos créditos e fomentos do INCRA.

Demandas junto à Secretaria de Meio Ambiente – SEMA

- 1) Licenciamento Ambiental para assentamentos de Reforma Agrária – aprofundar e dar peso na alteração da LOA para isentar assentamentos de até 100 famílias do licenciamento;
- 2) Debater a criação de uma política de recuperação florestal, combate ao desmatamento e a grilagem de terras;
- 3) Discutir a criação de uma zona livre e/ou de redução de agrotóxicos próximos aos assentamentos de Reforma Agrária, áreas de recarga aquífera, de proteção ambiental e de proteção permanente;

- 4) Discutir a criação de uma bolsa transição agroecológica, que financie e estimule as/os agricultores às boas práticas produtivas para alimentação saudável e comercialização;
- 5) Proposta de criação de uma câmara intersecretarias de agroecologia e produção orgânica, com participação da sociedade civil organizada;
- 6) Flexibilização no acesso e na renovação das licenças ambientais provisórias para instalação de assentamentos, até que se resolvam as licenças definitivas;

Demandas junto à TERRACAP

- 1) Indicar porções de terras rurais pertencentes à TERRACAP para criação de projetos de assentamentos de Reforma Agrária e que cumpram sua função social e constitucional. Hoje existem no DF mais de 4 mil famílias acampadas;
- 2) Discutir de forma mais técnica e ágil uma política de cooperação que envolvam a transferência de áreas da Secretaria de Patrimônio da União - SPU DF (respeitando o dispositivo constitucional da função social da terra) para criação de novos assentamentos em âmbito do Programa de Reforma Agrária do DF, combatendo o avanço da grilagem de terras em áreas da União.

Demandas junto à Secretaria de Educação – SEEDF

- 1) Discutir a criação de escolas nos assentamentos e demais áreas rurais do DF a partir das políticas de Educação do Campo;
- 2) Discutir sobre o transporte escolar nas áreas rurais do DF e em áreas de assentamentos e acampamentos;
- 3) Estratégias para ampliar o acesso de produtos dos assentamentos de Reforma Agrária ao Programa de Alimentação Escolar – PNAE;
- 4) Reorganizar o fórum distrital de educação do campo com a presença de entidades do governo e da sociedade civil organizada, para discutir as políticas para as escolas do campo no DF;

Demandas junto à Secretaria de Saúde do DF

- 1) Discutir formas de articular com os hospitais mais próximos às áreas de assentamentos e acampamentos uma rede de atenção a saúde com deslocamento de infraestrutura básica;
- 2) Discutir a retomada do programa saúde em casa para áreas rurais, com visitas permanente de médicos para atenção básica;
- 3) Discutir a criação de unidades de saúde em áreas de assentamentos e demais regiões rurais.

Demandas junto à Secretaria de Cultura do DF - SECULT

- 1) Discutir a construção de pontos de cultura em alguns assentamentos (produção de cultura popular, teatro e audiovisual);
- 2) Discutir o FAC com intencionalidade de apoio a projetos culturais em áreas da Reforma Agrária, com ênfase no aprofundamento da cultura camponesa.